

SI 10 mulado



www.portalexamedeordem.com.br

www.renatosaraiva.com.br

81 3035 0105



DIREITO DO TRABALHO

Rafael Tonassi e Renato Saraiva

1. Em relação ao trabalhador doméstico, é incorreto afirmar:

- a) possui direito ao gozo remunerado de feriados nacionais, estaduais e municipais;
- b) os descontos a título de despesas com moradia e alimentação fornecidas no local de trabalho não podem ser superiores a 5% (cinco por cento) da remuneração bruta do trabalhador;
- c) não se admite a dispensa sem justa causa da empregada gestante, a partir da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto;
- d) na hipótese de dispensa sem justa causa, faz jus ao seguro-desemprego, desde que tenha sido inscrito no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

2. João é empregado da empresa Grife da Casa e trabalha regularmente em regime de tempo parcial. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a

- a) vinte e cinco horas semanais, podendo o empregado sob este regime prestar horas extras.
- b) vinte e duas horas semanais, podendo o empregado sob este regime prestar horas extras.
- c) quinze horas semanais, devendo o salário de João ser proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.
- d) vinte e cinco horas semanais, devendo o salário de João ser proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

3. Assinale a alternativa correta que abrange uma terceirização lícita, nos termos da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

- a) Atividades de conservação e limpeza; atividades de vigilância, regidas pela Lei nº 7.102/83; serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador; situações empresariais que autorizem a contratação de serviços temporários, consoante dispõe a Lei nº 6.019/74.
- b) Atividades de conservação e limpeza; atividades de profissionais vigias; atividades de segurança patrimonial desarmada; atividades de vigilância, regidas pela Lei nº 7.102/83.
- c) Atividades de segurança patrimonial desarmada; atividades de vigilância, regidas pela Lei nº 7.102/83; serviços especializados ligados à atividade-fim do tomador; situações empresariais que autorizem a contratação de serviços temporários, consoante dispõe a Lei nº 6.019/74.
- d) Atividades de conservação e limpeza; atividades de profissionais vigias; atividades de segurança patrimonial desarmada; serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador; situações empresariais que autorizem a contratação de serviços temporários, consoante dispõe a Lei nº 6.019/74.

4. Considera-se hipótese de suspensão do contrato de trabalho

- (A) o afastamento do trabalho até três dias consecutivos em virtude de casamento.
- (B) os intervalos intrajornadas remunerados.
- (C) o afastamento do trabalho por motivo de doença, até 15 dias.
- (D) a participação pacífica em greve sem o recebimento de salário.
- (E) o período em que o empregado estiver em gozo de férias.

5. A falsificação de cartões de ponto para obtenção do pagamento de horas extras caracteriza

- (A) ato de insubordinação.
- (B) incontinência de conduta.
- (C) ato de improbidade.
- (D) ato de indisciplina.

6. Para fazer jus a 30 dias de férias, o empregado deverá ter trabalhado pelo período de 12 meses

- (A) independentemente do número de faltas que tenha tido.
- (B) sem nenhuma falta ao serviço.
- (C) podendo ter faltado até 05 vezes nesse período.
- (D) podendo ter faltado até 07 vezes nesse período.
- (E) sem ter faltado mais de três dias consecutivos ao serviço.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Aryanna Manfredinni

7. (PGE AM Procurador 2010) 86. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar

- (A) ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- (B) ações postulando cobrança de honorários advocatícios.
- (C) ações penais decorrentes das relações de trabalho, a partir do advento da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.
- (D) os mandados de segurança, individuais ou coletivos, *habeas corpus*, *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria relacionada às relações de trabalho, inclusive de servidores públicos estatutários.
- (E) ações de indenização por dano moral ou patrimonial, ainda que não decorrentes diretamente das relações de trabalho.

8. (TRT8 AJAJ 2010) 63. Messias, metalúrgico, ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a empresa X. No dia da audiência Messias teve um problema estomacal e foi internado em hospital. Sua irmã, preocupada com a audiência, levou toda a documentação para seu amigo, o metalúrgico Sidnei. Neste caso, o comparecimento de Sidnei na audiência com o atestado médico comprobatório da sua internação

- (A) não evita o arquivamento da ação, tendo em vista que Sidnei não é competente para representar Messias.
- (B) evita o arquivamento da reclamação.
- (C) evita o arquivamento da reclamação bastando que Sidnei apresente procuração de Messias.

(D) evita o arquivamento da reclamação desde que Sidnei apresente procuração de Messias e compareça com advogado legalmente habilitado.

(E) evita o arquivamento da reclamação, desde que compareça com advogado legalmente habilitado, bem como com duas testemunhas que conheçam o fato.

9. (TRT14 AJEM 2011) Considere as seguintes assertivas a respeito da liquidação da sentença:

I. Requerida a liquidação por arbitramento, o juiz nomeará o perito e fixará o prazo para a entrega do laudo. Apresentado o laudo, sobre o qual poderão as partes manifestar-se no prazo de cinco dias, o juiz proferirá decisão ou designará, se necessário, audiência.

II. Na liquidação por cálculos, elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz poderá abrir às partes prazo comum de dez dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

III. Far-se-á a liquidação por artigos, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.

IV. Na liquidação por cálculos, elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

10. (TRT9 TJAA 2010) 27. Em uma execução de reclamação trabalhista, foi proferida decisão em agravo de petição por Turma de Tribunal Regional do Trabalho, que ofendeu direta e literalmente norma da Constituição Federal. Neste caso,

- (A) caberá Embargos de divergência para o Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) não caberá recurso por expressa disposição legal.
- (C) caberá agravo de instrumento.
- (D) caberá recurso de revista.
- (E) caberá Embargos de divergência para o próprio Tribunal que proferiu a decisão.

11. (TRT9 AJAJ 2010) 29. Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Vara do Trabalho ou Juízo de Direito, dentro de

- (A) trinta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até três testemunhas.
- (B) trinta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até seis testemunhas.

(C) sessenta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até seis testemunhas.

(D) sessenta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até três testemunhas.

(E) noventa dias, contados da data da prática da falta grave pelo empregado estável, cabendo a cada parte apresentar até seis testemunhas.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Cristiano Sobral

12. Conforme a Lei n.º 8.078, de 1990,

- a) salvo estipulação em contrário, o valor do orçamento prévio apresentado pelo fornecedor de serviço terá validade pelo prazo de 15 (quinze) dias contados de seu recebimento pelo consumidor.
- b) as declarações de vontade constantes de recibos vincularão o fornecimento somente se ratificadas no instrumento contratual definitivo.
- c) é nula de pleno direito a cláusula contratual que transfira responsabilidade a terceiro, e também aquela que determine a utilização compulsória da arbitragem.
- d) é enganosa a publicidade que se aproveite da deficiência de julgamento da criança, ou de sua inexperiência.

13. Hildete comprou, no supermercado Boas Compras Ltda., uma lâmpada da fabricante Indústria de Lâmpadas Ltda. com a indicação de 150 «watts». Ao chegar em sua residência, verificou que a lâmpada era, na verdade, de 80 «watts» e, quando tentou utilizá-la, a mesma explodiu, causando danos materiais e morais a Hildete. Em perícia técnica, foi constatado defeito de fabricação e inadequação de acondicionamento da lâmpada no supermercado. Com relação à situação hipotética apresentada e às normas do CDC, assinale a opção incorreta:

- (a) o supermercado Boas Compras Ltda. e a fabricante Indústria de Lâmpadas Ltda. respondem solidariamente pela reparação dos danos causados a Hildete;
- (b) a indicação incorreta de que a lâmpada adquirida por Hildete tinha 150 watts configura vício do produto;
- (c) a responsabilidade pelo vício do produto é objetiva, como em qualquer outra hipótese prevista no CDC;
- (d) os danos causados a Hildete em razão da explosão da lâmpada caracterizam o fato do produto.

DIREITO CIVIL

Cristiano Sobral e Thiago Godoy

14. São bens móveis:

- a) o direito à sucessão aberta.
- b) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local;
- c) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- d) os bens semoventes

15. Sobre bens, é correto afirmar:

- a) Constitui universalidade de fato o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.
- b) São pertenças os bens que se destinam, de modo duradouro ou transitório, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- c) As pertenças podem constituir partes integrantes do bem principal
- d) Em regra, os negócios que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças

16. Sobre os efeitos da posse, é correto afirmar:

- a) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, não tendo, em razão da má-fé, direito a ser indenizado pelas despesas da produção e custeio.
- b) O possuidor de boa-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, se a ela deu causa.
- c) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias, tendo direito de retenção sobre elas enquanto não lhe forem pagas.
- d) O possuidor de má-fé não tem direito a ser indenizado pelas benfeitorias que realiza no bem ao perder a posse em juízo.

17. Sobre família e sucessões, marque a alternativa correta:

- a) pode casar o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros, mas deverá adotar o regime da separação de bens
- b) Não podem casar os parentes em linha colateral até o quarto grau
- c) O parentesco por afinidade é extinto com a dissolução do casamento, seja na linha reta, seja na linha colateral
- d) Pelo princípio de *saisine*, os herdeiros adquirem a propriedade dos bens do *de cujos* ao final do inventário, quando do formal de partilha, seja com seu registro se bem imóvel, seja com a tradição do bem se este for móvel.

18. Analise as afirmativas a seguir:

I. Ao tratar dos vícios redibitórios, o Código Civil de 2002 exclui a possibilidade dos donatários de qualquer espécie de reclamá-los, uma vez que a doação enseja disposição a título gratuito.

II. A inclusão de arras penitenciais no compromisso de compra e venda de bem imóvel gera o direito potestativo de arrependimento para qualquer uma das partes envolvidas na avença, se expressamente disposto no instrumento contratual.

III. Uma vez que as normas que tratam da evicção são de caráter dispositivo, é possível estabelecer cláusula de exclusão total da responsabilidade pela evicção, mesmo que o evicto não saiba do risco ou que não o tenha assumido.

IV. A cláusula penal moratória permite ao credor exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal, exceto se o inadimplemento se der por caso fortuito ou força maior, que

exoneram o devedor, se expressamente estipulado entre as partes.

Somente está correto o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) I e V.
- (C) II e IV
- (D) II, III e IV.

19. Assinale a opção INCORRETA:

- a) O transportador não pode se eximir de sua responsabilidade civil, provando que os danos sofridos pela pessoa decorrem de culpa de terceiro;
- b) O farmacêutico é responsável pela atuação culposa de preposto, mesmo provando inexistência de culpa *in vigilando* ou *in eligendo*
- c) Se um jarro de flores cai da janela de um edifício, causando danos a outrem, o proprietário pode se eximir de responsabilidade, provando que um terceiro esbarrou acidentalmente no jarro;
- d) As hipóteses de responsabilidade civil indireta independem de culpa.

20. As transformações ocorridas e que passaram a orientar modernamente o direito das obrigações e dos contratos não são congruentes com:

- a) a função social do contrato, que impõe o alargamento da esfera da responsabilidade dos contratantes para compreender situações nas quais pode haver prejuízo a terceiros;
- b) a intangibilidade do conteúdo dos contratos, em razão da qual não se concede ao juiz, em atenção à autonomia da vontade, o poder de revisão para restaurar o equilíbrio rompido ou para liberar o devedor;
- c) a adoção das chamadas "cláusulas gerais", dentre as quais se situam os princípios da proporcionalidade e da lealdade e confiança recíprocas;
- d) a ampliação do dever de indenizar independentemente de culpa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

André Mota e Sabrina Dourado

21. Patrícia promove ação ordinária em face de Telefonia Capibaribe, cujo objeto é a discussão acerca da legalidade na manutenção do plano "fale muito". A demanda fora distribuída para 30ª Vara Cível da comarca de Recife/PE. Considerando que a matéria é exclusivamente de direito e que o referido juízo já proferiu sentença de total improcedência em outros casos idênticos, assinale a alternativa correta:

- a) poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada;
- b) o juiz deverá indeferir a exordial, extinguindo o processo sem resolução de mérito;
- c) julgando a improcedência da ação, o autor poderá apresentar agravo de instrumento;
- d) poderá ser proferida sentença de total improcedência, desde que se proceda com a prévia citação do réu;

e) julgando a improcedência da demanda e interposta a apelação pelo autor, é vedado ao juiz exercer retratação.

22. O MM. Juízo de Família, em ação de divórcio na qual são partes João e Maria, proferiu, na audiência, sentença que dispunha sobre partilha de bens, guarda e visitação dos filhos menores, entre outros aspectos. As partes, presentes na sessão e cientes dos termos da decisão, renunciaram expressamente ao direito de recorrer. Três dias depois, após desentendimento com João, Maria resolve apresentar recurso, com o fito de prolongar a relação processual. Neste caso, o enunciado correto e mais completo será:

- a) Maria poderá recorrer, desde que o faça no prazo legal, a saber, quinze dias;
- b) Maria não poderá recorrer pois, neste caso, houve a prescrição do direito;
- c) A renúncia ao direito de recorrer admite retratação, motivo pelo qual Maria poderá apresentar o recurso de apelação, desde que o faça no prazo legal de quinze dias;
- d) a parte que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá apresentar recurso, haja vista que praticou ato incompatível com o desejo de recorrer;
- e) como as partes não foram intimadas da decisão, a renúncia ao direito de recorrer não poderia ter sido efetuada na mencionada audiência.

23. Com o fito de assegurar o exercício do contraditório e da ampla defesa, além do exercício de pretensão em juízo, o legislador facultou ao réu reagir através da apresentação de contestação, exceção e reconvenção. Acerca da temática “Resposta do Réu”, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção será processada em apenso aos autos principais;
- b) Cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial. A regra, quanto ao ônus da impugnação especificada dos fatos, não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público;
- c) A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta ao prosseguimento da reconvenção;
- d) Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, ainda que, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar.

24. (OAB/BA 2009.2 –com adaptações) Profª Sabrina Dourado ajuizou ação contra Zefrina, requerendo a condenação da ré ao pagamento de danos morais e materiais que esta lhe teria causado. Após instrução processual, o juiz proferiu a sentença, julgando procedente o pedido para condenar Zefrina aos danos causados a Profª Sabrina. A sentença transitou em julgado, tendo sido a ré intimada a pagar o montante de R\$ 20 mil, conforme fixado pelo juiz.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) Se Zefrina não efetuar o pagamento, Sabrina deverá requerer ao juiz a expedição de mandado de penhora e a

avaliação dos bens da devedora, devendo, também, desde já, indicar os bens passíveis de penhora.

B) Somente após a penhora e a avaliação dos bens é que Zefrina será intimada para oferecer impugnação.

C) Não sendo efetuado o pagamento espontâneo da dívida, incidirá, sobre o valor da condenação, multa de 10%, a ser cobrada mediante processo executivo autônomo.

D) Se Profª Sabrina não requerer a execução do julgado em um prazo de seis meses contados do trânsito em julgado da decisão, o juiz extinguirá o processo e determinará o seu arquivamento.

25. (OAB/BA 2010.2 - FGV) As medidas cautelares estão expressamente previstas no CPC como forma de instrumentalizar a tutela, tendo natureza eminentemente acessória.

Assinale a alternativa que apresente uma regra que disciplina a concessão de medidas cautelares.

A) o Juiz, como regra, deve deferir medidas cautelares sem a prévia audiência do requerido.

B) o direito brasileiro admite apenas medidas cautelares incidentais, sendo vedado o uso de medidas prévias.

C) interposto recurso nos autos principais, fica vedado o requerimento de cautelares.

D) salvo decisão em contrário, a cautelar conserva sua eficácia mesmo durante o período de suspensão do processo principal.

26. (OAB/BA 2010.3 - FGV) O mandado de segurança é um importante instrumento de proteção a direitos líquidos e certos, individuais ou coletivos, que não estejam amparados por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou tiver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade.

Acerca do mandado de segurança coletivo, é correto afirmar que

A) pode ser impetrado em defesa de direitos líquidos e certos que pertençam a apenas parte dos membros de uma categoria ou associação, substituídos pelo impetrante.

B) a sentença de procedência produz efeitos erga omnes, não limitando seus efeitos aos membros da categoria substituídos pelo impetrante.

C) não induz litispendência para as ações individuais, de forma que os efeitos da coisa julgada beneficiar impetrante individual, ainda que não requeira a desistência de seu mandado de segurança.

D) a interposição de embargos infringentes é admitida para fins de exercício da ampla defesa.

DIREITO PENAL

Geovane Moraes

27. A tentativa é:

(A) imperfeita quando o agente realiza toda a fase de execução e o resultado não ocorre por circunstâncias alheias à sua vontade.

(B) inadmissível nos crimes culposos.

- (C) circunstância atenuante, incidindo na segunda etapa do cálculo da pena.
(D) punível nas contravenções penais.

28. No dolo eventual:

- (A) o agente, conscientemente, admite e aceita o risco de produzir o resultado.
(B) a vontade do agente visa a um ou outro resultado.
(C) o sujeito prevê o resultado, mas espera que este não aconteça.
(D) o sujeito não prevê o resultado, embora este seja previsível.

29. De acordo com o Código Penal, para que se considere o agente inimputável por ser inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em razão da embriaguez, é necessário que esta seja:

- (A) completa e voluntária.
(B) incompleta e proveniente de caso fortuito ou força maior.
(C) voluntária ou culposa.
(D) completa e proveniente de caso fortuito ou força maior.

30. As penas restritivas de direitos, postas em relação às penas privativas de liberdade, no sistema adotado pelo Código Penal brasileiro são:

- (A) autônomas e aplicam-se cumulativamente quando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado indicarem que essa cumulação seja necessária para prevenir e reprimir o crime.
(B) subsidiárias e substitutivas pelo tempo da pena aplicada não superior a 6 anos de reclusão para os crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
(C) autônomas e substitutivas qualquer que seja a pena aplicada para os crimes culposos.
(D) autônomas e substitutivas pelo tempo da pena aplicada não superior a 4 anos de reclusão.

31. José ingressou no escritório da empresa Alpha, sendo que o segurança não lhe obteve o acesso porque estava vestido de faxineiro e portando materiais de limpeza. No interior do escritório, arrombou a gaveta e subtraiu R\$ 3.000,00 do seu interior. Quando estava saindo do local, o segurança, alertado pelo barulho, tentou detê-lo. José, no entanto, o agrediu e o deixou desacordado e ferido no solo, fugindo, em seguida, do local de posse do dinheiro subtraído.

Nesse caso, José responderá por:

- (A) furto qualificado pela fraude e pelo arrombamento
(B) furto qualificado pela fraude
(C) roubo impróprio
(D) furto simples

32. Aquele que falsifica a assinatura de avalista numa nota promissória, da qual é credor, responderá pelo crime de

- (A) falsificação de documento público
(B) falsa identidade
(C) falsificação de documento particular
(D) uso de documento falso

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ana Cristina Mendonça

33. Sobre a Lei nº 11.343/06 (Lei de Tóxicos), assinale a alternativa correta:

- (A) O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 60 (sessenta) dias, quando solto.
(B) Oferecida a denúncia pelo Ministério Público, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias.
(C) Após apresentação da defesa prévia, o juiz receberá a denúncia e designará dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, ordenará a citação pessoal do acusado, a intimação do Ministério Público, do assistente, se for o caso, e requisitará os laudos periciais.
(D) A audiência de instrução e julgamento será realizada dentro dos 20 (vinte) dias seguintes ao recebimento da denúncia, salvo se determinada a realização de avaliação para atestar dependência de drogas, quando se realizará em 90 (noventa) dias.

34. "Fulano" foi condenado por roubo duplamente qualificado a 6 anos de reclusão e ao pagamento de 15 dias-multa. Em flagrante equívoco, fixou-se o regime aberto para o cumprimento da reprimenda corporal. O Promotor de Justiça opôs embargos de declaração, que foram acolhidos pelo Magistrado, alterando-se para o regime fechado. Indique a alternativa correta.

- (A) O Promotor de Justiça e o Magistrado agiram corretamente.
(B) O Promotor de Justiça deveria interpor recurso de apelação, pleiteando a modificação do regime, e não embargos de declaração.
(C) O remédio correto para a modificação do regime à disposição do Ministério Público seria o agravo em execução.
(D) Correta seria a interposição do recurso em sentido estrito, uma vez que o Promotor de Justiça discordou apenas do regime fixado na sentença.

35. Com relação às regras de provas do Código de Processo Penal, pode-se afirmar:

- (A) na inquirição das testemunhas as perguntas das partes serão feitas por intermédio do juiz.
(B) se a infração deixar vestígios, a falta de exame de corpo de delito poderá ser suprida pela confissão do acusado.
(C) a busca domiciliar, por ser medida de natureza cautelar, só se justifica quando fundadas razões a autorizarem e, se realizada para prender pessoas condenadas, poderá ser feita em qualquer momento.
(D) adotou a teoria "dos frutos da árvore envenenada" e a teoria da "fonte independente".

36. Tratando-se de questão prejudicial facultativa, de competência do juízo cível, onde já existe processo em andamento, o juiz criminal pode suspender o curso do processo penal, marcando o prazo da suspensão. Decorrido esse prazo sem que o juiz cível tenha proferido decisão, o juiz criminal

(A) fixará novo prazo e comunicará o fato ao Procurador-Geral de Justiça para que determine ao Promotor de Justiça do processo penal que intervenha no processo cível para solução da prejudicial.

(B) fixará novo e fatal prazo para o juiz cível decidir a questão.

(C) julgará extinto o processo sem julgamento do mérito.

(D) fará prosseguir o processo retomando sua competência para resolver o mérito, de forma ampla, abrangendo as questões de fato e de direito.

37. Andrezinho Varejão, conhecido traficante de substâncias entorpecentes em determinada localidade, desde há muito se utilizava do mesmo modus operandi para exercitar o mercadejo ilícito de tóxicos: passava o dia sentado em um banco de praça e, ao ser abordado por algum cliente ávido por comprar-lhe os venenos, dirigia-se até um terreno baldio próximo onde havia previamente depositado as drogas que se empenhava em negociar e, após reavê-las, vendia-as ao irresponsável usuário. Ao tomar conhecimento de tais fatos, Gláucio Genório, policial militar, desejoso de obter, sozinho, as glórias pela prisão do traficante, decide despir sua farda, fingir-se de usuário e abordar Andrezinho Varejão, afirmando a este último que desejava comprar dez “sacolés” de cocaína para seu uso. Após se dirigir ao terreno baldio, se apossar dos dez “sacolés” de cocaína e entregá-los a Gláucio Genório, efetivando a tradição, Varejão foi imediatamente preso em flagrante delito pelo policial, vindo a ser posteriormente denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de tráfico de entorpecentes. Considerando-se que tanto a materialidade do delito quanto os fatos acima articulados foram cabalmente provados em Juízo no curso do processo, à luz da sistemática penal processual vigente no ordenamento jurídico pátrio e da jurisprudência, o réu deverá ser:

(A) absolvido em razão da ocorrência, no caso, de flagrante esperado;

(B) absolvido em razão da ocorrência, no caso, de flagrante preparado;

(C) condenado somente pela manutenção em depósito da substância entorpecente e absolvido da venda;

(D) condenado tanto pela manutenção em depósito quanto pela venda da substância entorpecente.

38. Levando-se em conta o sistema de recursos e de ações impugnativas do Código de Processo Penal, pode-se dizer que

(A) caberá recurso em sentido estrito contra a decisão que receber a denúncia ou queixa.

(B) não poderá o acusado apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória, ou condenado por crime de que se livre solto.

(C) poderão ser opostos embargos de declaração contra acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, no prazo de cinco dias contados da sua publicação.

(D) poderá ser pedida a revisão criminal, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Flávia Bahia

39. O processo legislativo previsto pela Constituição de 1988:

a) confia a matéria tributária da União Federal à iniciativa privativa do Presidente da República.

b) prevê que a Casa na qual tenha sido iniciada a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, sancionará.

c) confere, taxativamente, iniciativa legislativa de projeto de lei ordinária ou complementar a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos cidadãos.

d) prevê que o veto pode ser jurídico ou formal, quando o projeto de lei for inconstitucional.

40. Assinale a alternativa CORRETA no tocante ao instituto da medida provisória:

a) o controle judicial dos pressupostos de relevância e urgência não é permitido segundo jurisprudência consolidada do STF.

b) cumpre ao Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas decorrentes de sua não conversão em lei no prazo de 60 dias contados a partir da sua rejeição.

c) é vedada sua reedição, na mesma legislatura, se rejeitada ou tornada ineficaz por decurso de prazo.

e) é permitido editá-la sobre matéria já disciplinada em projeto de lei pendente de sanção ou veto.

41. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar:

a) o rol de legitimados ativos para a apresentação da representação de inconstitucionalidade no plano estadual deve seguir o princípio da simetria ao modelo federal.

b) normas pré-constitucionais só podem ser analisadas no país pelo controle de constitucionalidade difuso.

c) segundo entendimento jurisprudencial, o princípio da reserva de plenário não precisa ser adotado pelas Turmas Recursais de Juizados Especiais.

d) somente juízes federais têm autorização constitucional para declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de leis federais.

42. No que se refere aos remédios constitucionais, assinale a opção correta.

a) a ação popular pode ser ajuizada por qualquer pessoa para a proteção do patrimônio público estatal, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural e, se proposta de boa fé, será gratuita.

b) não se permite controle incidental de inconstitucionalidade na ação civil pública tendo em vista que significaria usurpação de competência do STF.

c) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado para defender direitos difusos de associações e partidos políticos.

d) O habeas data é um remédio constitucional personalíssimo e somente pode ser impetrado pelo titular do

dado, seja ele pessoa natural ou jurídica. Segundo a jurisprudência consolidada, em caso de falecimento do titular, seus herdeiros podem apresentar a ação.

43. No que se refere às prerrogativas conferidas aos parlamentares no país, assinale a opção correta.

- a) embora a Constituição Federal não disponha acerca das imunidades formais dos Vereadores, o STF tem entendimento consolidado de que é possível estender a eles o regime aplicável aos parlamentares federais e estaduais, desde que assim disponha a respectiva constituição estadual.
- b) a regra da atualidade do mandato norteia a prerrogativa de foro funcional, evitando-se assim ofensa ao princípio da igualdade.
- c) o Senador não pode ser processado, durante o curso do seu mandato, por crime comum ocorrido após sua diplomação.
- d) segundo entendimento jurisprudencial, os suplentes gozam de imunidades parlamentares.

44. Sobre as súmulas vinculantes, assinale a opção incorreta.

- a) o Defensor Público Geral da União poderá apresentar propostas de súmulas vinculantes ao Supremo Tribunal Federal.
- b) o quórum necessário para a aprovação das súmulas é o de dois terços.
- c) não há previsão legal de atuação do *amicus curiae* no processo de edição, revisão ou cancelamento de súmulas vinculantes.
- d) é possível a modulação temporal dos efeitos da súmula, desde que a decisão seja respaldada pelo voto de dois terços dos Ministros.

DIREITOS HUMANOS

Flávia Bahia

45. Marque a resposta correta:

- a) o direito fundamental à saúde não permite a garantia judicial de tratamentos excepcionalmente onerosos não previstos no âmbito do Sistema Único de Saúde, em razão da incidência do princípio da reserva do possível.
- b) pela relevância dos direitos fundamentais de primeira geração, como o direito à vida, é correto afirmar que eles são absolutos, pois são o escudo de proteção do cidadão contra as possíveis arbitrariedades do Estado.
- c) a prevalência dos direitos humanos é princípio que rege o Brasil perante a comunidade jurídica internacional.
- d) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais

46. No Sistema Interamericano de Direitos Humanos, pessoas e organizações não-governamentais podem peticionar diretamente:

- a) à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à Corte Interamericana de Direitos Humanos, a esta última

somente para solicitar medidas provisórias em casos que já estejam sob sua análise.

- b) somente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- c) à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à Corte Interamericana de Direitos Humanos, a esta última somente para solicitar medidas provisórias.
- d) não podem peticionar diretamente nem à Comissão Interamericana de Direitos Humanos tampouco à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

47. Com relação ao processo no Tribunal Penal Internacional (TPI), assinale a opção correta.

- a) menores de dezoito anos podem ser processados no TPI e o Tribunal é regido pelo princípio da complementaridade.
- b) o TPI tem jurisdição sobre crimes ocorridos em qualquer território e podem ser processados crimes ocorridos antes da entrada em vigor do Estatuto de Roma.
- c) toda notícia criminis deve ser admitida e julgada pelo TPI.
- d) a pena de prisão, por um número determinado de anos, é de até trinta anos.

48. Na hipótese de conflito entre uma norma do direito interno e um dispositivo enunciado em tratado internacional de proteção dos direitos humanos, merece prevalecer a norma

- a) mais específica, considerando o princípio de que a norma especial revoga a norma geral em sua especificidade.
- b) posterior, considerando o princípio de que a norma posterior revoga norma anterior que lhe for incompatível.
- c) do sistema normativo global, considerando o princípio da primazia da dignidade da pessoa humana.
- d) mais benéfica ao indivíduo, considerando que os tratados de direitos humanos constituem um parâmetro protetivo mínimo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Matheus Carvalho

49. No exercício do poder de polícia,

- (A) o ato praticado pelo agente da Administração não se sujeita às condições de validade dos demais atos administrativos.
- (B) os atos praticados pela Administração, por serem discricionários, não podem ser objeto de contestação no Poder Judiciário.
- (C) a Administração não pode demolir construção ilegal nem pode inutilizar gêneros alimentícios, ainda que com validade vencida.
- (D) a Administração pode ditar e executar medidas restritivas do direito individual em benefício do bem-estar da coletividade e da preservação do próprio Estado.

50. Sobre as entidades políticas e administrativas na Administração Pública, considere:

- I. Os Estados-membros e os municípios, como integrantes da estrutura constitucional do Estado, não são detentores de soberania, que é privativa da União.

II. As entidades autárquicas são pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica para a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou e à qual se subordinam hierarquicamente.

III. As entidades empresariais são pessoas jurídicas de direito público, instituídas sob a forma de sociedade de economia mista ou empresa pública, com a finalidade de prestar serviço público que possa ser explorado de modo empresarial, ou de exercer atividade econômica de interesse coletivo. São criadas por lei específica.

IV. As entidades fundacionais são pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, cujas áreas de atuação são definidas em lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.

51. A anulação e a revogação do ato administrativo sujeitam-se às seguintes regras:

- (A) A anulação do ato administrativo não pode ser decretada pela administração pública se o ato for vinculado.
- (B) A revogação do ato administrativo produz efeito ex tunc; a anulação efeito ex nunc.
- (C) Revogação é a supressão de um ato administrativo, seja pela administração pública, seja pelo judiciário, por ilegítimo e ilegal.
- (D) Ato administrativo emanado do Poder Executivo pode ser anulado pela própria Administração, de ofício ou a requerimento do interessado, ou pelo Poder Judiciário, nesta última hipótese.

52. Sobre as modalidades de licitação, considere:

I. Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital.

II. Pregão é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados no órgão licitante para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital.

III. Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, devidamente cadastrados, escolhidos e convidados em número mínimo de 2 (dois) pela unidade administrativa.

IV. Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

V. É possível a combinação das modalidades de licitação, de modo a se estabelecer nova modalidade, desde que todos os requisitos estejam previstos na lei.

Está correto o que contém APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) II e IV.
- (D) II, III e V.

53. No decorrer da execução do contrato administrativo, ocorrendo a subcontratação parcial do objeto, não admitida no edital e no respectivo instrumento,

- (A) poderá ser formalizada mediante termo de reatificação, desde que o valor da parte do objeto subcontratado, não ultrapasse 25% do valor da contratação.
- (B) constitui motivo para a rescisão por ato unilateral e escrito da Administração, observado o contraditório e a ampla defesa.
- (C) constitui motivo para a anulação do contrato, exceto quando a Administração, para resguardar o interesse público, celebrar o correspondente termo aditivo.
- (D) poderá acarretar a anulação do contrato, a critério da administração, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

54. Assinale a assertiva correta relativa à Administração Pública, conforme a Constituição brasileira de 1988.

- a) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) O direito de greve é exercido nos termos e nos limites definidos em conformidade a lei complementar.
- c) Os secretários municipais serão remunerados através de verba fixa e variável, vedado o acréscimo de gratificação, adicional ou abono.
- d) A aposentadoria compulsória de servidor titular de cargo efetivo do Município, em autarquia, será aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Josiane Minardi

55. Assinale a alternativa correta, considerando que a segunda assertiva se vincula e é decorrência lógico-jurídica da primeira.

- (A) O CTN equipara à majoração de tributo a modificação de sua base de cálculo que importe em torná-lo mais oneroso, sendo matéria reservada à lei; / entretanto, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo não configura majoração de tributo e, portanto, não é matéria reservada à lei.
- (B) De acordo com o princípio da vedação de isenções heterônomas, os Estados e Municípios não podem determinar isenções nos tributos de competência dos demais entes federados; / contudo, somente a União poderá instituir isenções de tributos de competência de Estados e Municípios, como prevê a Constituição.
- (C) Pelo princípio da anterioridade tributária, que destaca o valor da segurança jurídica, os tributos criados ou majorados só poderão ser cobrados no exercício financeiro posterior ao da lei que os instituiu ou majorou; / assim sendo, esse princípio deve ser aplicado a todas as espécies tributárias.

(D) Pelo princípio da noventena, que está vinculado ao valor da segurança jurídica, a lei que cria ou aumenta tributos só pode produzir efeitos noventa dias após a sua publicação; / dessa forma, todos os tributos estão sujeitos a essa regra, exceto as contribuições sociais.

(E) De acordo com Princípio da Liberdade de Tráfego, é vedado à União, Estados e Municípios estabelecer tributos pelo fato de pessoa ou bem estar indo ou voltando de um ponto a outro; / por isso, o pedágio não pode ter natureza jurídica de tributo.

56. A respeito da imunidade tributária, é correto afirmar que

(A) os templos de qualquer culto não poderão ser tributados em relação ao IPTU e às taxas de contribuição de melhoria.

(B) a imunidade recíproca entre os entes federados é absoluta, ou seja, abarca todas as espécies de tributos.

(C) as imunidades seguem as regras de competência previstas na Constituição, mas são criadas por meio de lei.

(D) as entidades sindicais dos trabalhadores e as patronais gozam de imunidade tributária.

(E) a imunidade recíproca entre os entes federados não se aplica em relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

57. A respeito da interpretação da legislação tributária, analise as afirmativas a seguir:

I. São interpretadas literalmente a suspensão ou a exclusão do crédito tributário.

II. É interpretada literalmente a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

III. É interpretada de maneira mais favorável ao contribuinte a legislação tributária que determine a outorga de isenção.

IV. É interpretada de maneira mais favorável ao fisco, no caso de legislação tributária que define infrações, no caso de dúvida quanto à graduação da penalidade aplicável.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa IV estiver correta.

58. Carlos, proprietário de apartamento em zona urbana de grande município, furtou-se ao pagamento do IPTU nos anos de 2008 e 2009. A Secretaria Municipal de Fazenda efetuou o lançamento e notificou-o do crédito em aberto em 2010.

Nessa situação fictícia, é correto afirmar que:

(A) caso o apartamento de Carlos seja registrado como bem de família, a impenhorabilidade é oponível nos casos de execução fiscal. Assim, o fisco deve dirigir a execução a qualquer outro bem do patrimônio disponível de Carlos.

(B) no momento da notificação oficial até a sentença final em sede de execução fiscal, Carlos pode alienar o apartamento em questão, uma vez que a fraude contra a fazenda somente se configura se a alienação ocorrer após o trânsito

em julgado da sentença de execução.

(C) na hipótese de Carlos vender o seu apartamento antes do lançamento, o adquirente de boa-fé jamais responderia perante o fisco pelas eventuais dívidas do apartamento antes da sua aquisição.

(D) caso Carlos possuísse dívidas de natureza civil, ainda que constituídas antes da notificação do crédito em aberto em virtude do não pagamento do IPTU, o crédito tributário, mesmo assim, teria preferência sobre aquelas.

(E) a notificação seria inócua, uma vez que haveria ocorrido a prescrição.

59. O CTN expressamente estabelece, no que diz respeito à extinção do crédito tributário, que

(A) é vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo que seja objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

(B) a lei permite à autoridade administrativa conceder remissão total ou parcial do crédito tributário em virtude de erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto à matéria de direito, em exceção ao art. 3º da LICC. que dispõe que ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

(C) no caso de consignação do pagamento pelo sujeito passivo, caso seja julgada procedente, o montante consignado é convertido em renda, ao passo que, na improcedência, o crédito tributário é cobrado acrescido de juros de mora, sem aplicação de qualquer penalidade.

(D) caso haja dois ou mais débitos simultâneos do mesmo sujeito passivo para com o mesmo sujeito ativo, a imputação do pagamento compete, em primeiro lugar, ao contribuinte ou responsável pelo pagamento. Somente na hipótese de abstenção deste, a autoridade administrativa fará a imputação.

(E) a isenção, uma das modalidades de extinção do crédito tributário, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

60. A respeito do lançamento, é correto afirmar que

(A) se reporta à data de ocorrência do fato gerador e é regido pela lei então vigente, exceto se esta for posteriormente modificada ou revogada. Nesse caso, por força do princípio da supremacia do interesse público, ainda que a lei nova venha a prejudicar o contribuinte ou responsável pelo pagamento do tributo, ela será aplicável de imediato se entrar em vigor entre a data de ocorrência do fato gerador e a data do lançamento.

(B) o lançamento do Imposto de Renda é tido como lançamento por declaração. Nesse tipo de lançamento, o sujeito passivo tem o dever de, se for o caso, antecipar o pagamento sem o prévio exame da autoridade administrativa. Esse pagamento extingue o crédito tributário, sob condição de posterior homologação do lançamento pela autoridade fazendária, que tem 5 (cinco) anos para tanto, caso a lei não fixe prazo determinado.

(C) um dos casos em que o lançamento é considerado de declaração ocorre quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.

(D) por força de previsão legal, a autoridade administrativa tem o poder de delegar o lançamento tributário às entidades

da administração pública indireta que sejam pessoas jurídicas de direito público. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do CTN referentes à constituição do crédito tributário, que inclui, entre outras, a responsabilidade funcional do servidor público pelas informações prestadas ao fisco.

(E) quando o lançamento é regularmente notificado ao sujeito passivo, ele só pode ser alterado pela impugnação do sujeito passivo, por recurso de ofício, ou por iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos expressamente no CTN. Não se pode esquecer que a revisão do lançamento somente pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

DIREITO EMPRESARIAL

Francisco Penante

61. Sobre as sociedades limitadas, é incorreto afirmar:

- A. A modificação do contrato social depende da deliberação dos sócios, na razão de, no mínimo, 3/4 do capital social.
- B. Se o contrato social permitir administradores não sócios, a designação deles dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3, no mínimo, após a integralização.
- C. Por tratar-se de sociedade de pessoas, sendo vedada a livre circulação de quotas, ainda que no silêncio do contrato social os sócios não poderão ceder suas quotas a terceiro estranho.
- D. Quando empresárias, será vedada a contribuição de sócio a partir da simples prestação de serviços, e permitida a partir de bens. Neste caso, responderão solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade, pela exata estimativa dos bens.

62. Sobre a falência, é correto afirmar:

- A. A sentença que decretar a falência do devedor, dentre outras determinações, fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 90 dias contados do pedido de falência, do pedido de recuperação judicial ou do primeiro protesto por falta de pagamento.
- B. As remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, assim como os créditos derivados da legislação do trabalho, relativos a serviços prestados após a decretação da falência, deverão ser pagos na primeira classe da ordem de preferência do concurso de credores.
- C. Será competente para a decretação da falência, o juízo do local da sede da empresa do devedor.
- D. Deverá o devedor requerer ao juízo sua autofalência, ainda que atenda aos requisitos para a concessão da recuperação judicial.

63. Sobre o Direito Cambiário, é correto afirmar:

- A. A duplicata é passível de aval parcial.
- B. A letra de câmbio, embora seja um título à ordem, uma vez endossada em branco, poderá circular pela simples tradição.
- C. O cheque, a letra de câmbio e a nota promissória são títulos causais, enquanto a duplicata é um título não causal.
- D. No aval simultâneo, as garantias são superpostas, com um avalista garantindo o outro.

64. Sobre as sociedades anônimas, assinale a alternativa correta:

- A. A transformação é a operação pela qual a sociedade passa de um tipo para o outro.
- B. Companhia aberta é aquela que está autorizada, pela Comissão de Valores Mobiliários, a receber terceiros estranhos em seu quadro social, haja vista tratar-se de sociedade de capital, sendo permitida assim a livre circulação de ações.
- C. Pode ter seu nome empresarial formado a partir de firma ou denominação.
- D. As sociedades de economia mista são sociedades anônimas que, quando abertas, não estarão sujeitas às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

ESTATUTO E ÉTICA

Paulo Machado

65. O impedimento significa a proibição parcial do exercício da advocacia e a incompatibilidade, a proibição total da profissão. Acerca de tais institutos, constantes no Estatuto da Advocacia e da OAB, marque alternativa incorreta:

- (A) Passa a exercer atividade incompatível, o advogado que desenvolver a atividade de Gerente Geral do Banco Real.
- (B) São impedidos de exercer a advocacia somente contra a Fazenda que o remunera os membros do Poder Legislativo em seus diferentes níveis.
- (C) É incompatível com o exercício da advocacia a atividade de Conselheiro do Tribunal de Contas da União.
- (D) Se um advogado é aprovado em concurso para professor de curso jurídico numa universidade pública poderá advogar contra a Fazenda que o remunera ou a qual seja vinculada a sua entidade empregadora.

66. Viola disposição expressa do Código de Ética e Disciplina da OAB o advogado que:

- a. Renuncia ao mandato outorgado por um cliente, mesmo contra a vontade deste;
- b. Recusa-se a atuar numa causa cível, quando for imposição do cliente que o advogado trabalhe com outro advogado indicado pelo cliente;
- c. Publica anúncio em jornal de grande circulação, informando, além do nome e número de inscrição na OAB, ser ele integrante do Instituto de Estudos Criminais do Estado do Rio de Janeiro – Iecerj;
- d. Faz emitir uma nota promissória ao cliente para garantia do pagamento de seus honorários.

67. Sobre a responsabilidade disciplinar do advogado, tendo em vista que um advogado já sofreu uma censura pela OAB, a sanção cabível no caso de ser mantida uma sociedade de advocacia fora das normas e preceitos estabelecidos na lei 8.906/94 é a:

- (A) Censura e multa de 1 (uma) a 10 (dez) anuidades;
- (B) Suspensão com ou sem multa de 1 (uma) a 10 (dez) anuidades;
- (C) Censura, somente;
- (D) Exclusão, tendo em vista a reincidência.

68. Das decisões proferidas pelo Presidente do Conselho Seccional cabe recurso para:

- (A) Conselho Seccional;
- (B) Conselho Federal;
- (C) Tribunal de Ética e Disciplina;
- (D) Conselho da Subseção.

69. No que diz respeito aos honorários advocatícios à luz do Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como à luz do Código de Ética e Disciplina é correto afirmar que:

- a) A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados e aos honorários fixados por arbitramento judicial apenas.
- b) Os honorários advocatícios devem necessariamente ser parcelados em três vezes, sendo 1/3 no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final.
- c) Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.
- d) O Código de Ética e Disciplina permite que o advogado contrate honorários advocatícios através de notas promissórias.

70. Em relação aos direitos dos advogados assegurados pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como em relação ao entendimento do STF, marque a alternativa incorreta.

- a) É direito do advogado sustentar oralmente as razões de qualquer recurso ou processo, nas sessões de julgamento, após o voto do relator, em instância judicial ou administrativa pelo prazo de 15 minutos, salvo se prazo maior for concedido.
- b) Constitui direito do advogado, exercer com liberdade, a profissão em todo o território nacional, exigindo-se, em alguns casos, a inscrição suplementar.
- c) É direito do advogado ingressar livremente em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, desde que munido de poderes especiais.
- d) Constitui direito do advogado, ser publicamente desagradado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.

71. Marque a alternativa correta, em relação ao advogado empregado:

- a) A relação de emprego, na qualidade de advogado, retira a isenção técnica e reduz a independência profissional, visto que um dos requisitos caracterizadores do vínculo empregatício é a subordinação.
- b) O salário mínimo profissional do advogado será fixado pelo Conselho Seccional da OAB.
- c) As horas trabalhadas que excederem a jornada normal de trabalho são remuneradas por um adicional não superior a 100 % sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.
- d) As horas trabalhadas no período das 20 horas de um dia até as 5 horas do dia seguinte são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de 25 %.

72. Em relação às competências dos órgãos da OAB, assinale a alternativa correta:

- a) Compete privativamente ao Conselho Federal criar as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados.
- b) Compete privativamente ao Conselho Seccional fixar a tabela de honorários advocatícios, válida para todo o país.
- c) É da competência do Conselho Seccional decidir o pedido de inscrição no quadro de advogados e estagiários.
- d) Em nenhuma hipótese pode o Conselho da Subseção receber pedido de inscrição nos quadros de advogados e estagiários, instruir e emitir parecer prévio, mesmo que para posterior decisão do Conselho Seccional.

73. Conforme o Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como o Regulamento Geral do EAOAB, no que diz respeito às eleições, marque a resposta correta:

- a) A eleição dos membros de todos os órgãos da OAB será realizada na segunda quinzena do mês de dezembro do último ano do mandato, mediante cédula única e votação direta dos advogados regularmente inscritos.
- b) O mandato em qualquer órgão da OAB é de 3 anos, iniciando-se em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição, salvo no Conselho Federal.
- c) Extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término quando o titular faltar, sem justo motivo, a cinco reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do Conselho ou da diretoria da Subseção ou da Caixa de Assistência dos Advogados, podendo, entretanto, ser reconduzido no mesmo período de mandato.
- d) Extinto qualquer mandato, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.906/94, cabe ao Conselho Federal escolher o substituto, caso não haja suplente.

74. Acerca do processo disciplinar na OAB, marque a alternativa incorreta:

- a) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante a Subseção, quando competirá a esta julgar o advogado e aplicar a punição cabível.
- b) A decisão condenatória irrecorrível deve ser imediatamente comunicada ao Conselho Seccional onde o a representado tenha a inscrição principal, para constar dos respectivos assentamentos.
- c) A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.
- d) O prazo para a defesa prévia pode ser prorrogado por motivo relevante, a juízo do relator.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Cristiane Dupret

75. No que tange à medida de internação, assinale a assertiva incorreta:

- a) a medida de internação é medida privativa de liberdade que não comporta prazo determinado
- b) a medida de internação comente pode ser aplicada quando houver violência ou grave ameaça à pessoa , reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento injustificado de medida anteriormente

imposta, mas mesmo nesses casos, o juiz poderá aplicar outra medida se ela se mostrar adequada

- c) a internação provisória comporta prazo máximo de 45 dias e deve se fundamentar em indícios suficientes de autoria e materialidade e necessidade imperiosa da medida
- d) a desinternação do adolescente deve se dar quando o mesmo completar dezoito anos ou quando atingir o prazo máximo de 03 anos

76. Quanto aos crimes previstos no ECA, é correto afirmar que:

- a) É conduta típica a do médico que deixa de informar à autoridade competente maus tratos à criança ou adolescente de que tenha ciência no exercício de sua função
- b) Quando a autoridade policial deixa de comunicar a apreensão em flagrante ao juiz pratica crime de abuso de autoridade
- c) a tortura contra criança ou adolescente é crime previsto no ECA
- d) Se um pai viaja para uma praia de nudismo com seus filhos de 10 e 14 anos de idade, e posteriormente publica as fotos da família em nu frontal no site pessoal da família na internet, mesmo mostrando órgãos genitais de criança e adolescente, não pratica crime previsto no ECA

DIREITO INTERNACIONAL

Marcelo Pupe

77. João Oliveira, engenheiro, resolveu passar férias com sua família nos Estados Unidos. Escolheu como destino a cidade de Orlando, na Florida, em razão dos famosos parques de diversão, sobretudo porque tem filhos com 10 e 8 anos de idade. João adquiriu as passagens aéreas à vista, alugou uma SUV espaçosa e fez as reservas em hotel no complexo da Disney. Aproveitando também os descontos, adquiriu os ingressos para todos os parques antecipadamente. Os vistos foram previamente obtidos no Consulado dos Estados Unidos e os passaportes estavam em situação regular. Ao desembarcar com sua esposa e filhos no aeroporto de Miami, onde faria conexão para Orlando, João se dirigiu, compulsoriamente, ao controle de imigração. Para sua surpresa, e sem que lhe fossem dadas maiores explicações, João foi impedido de entrar com sua família em território norte-americano pela autoridade de fronteira, que determinou o retorno de todos no próximo voo. Revoltado com a situação, João Oliveira procurou um advogado no Brasil e resolveu ajuizar ação contra os Estados Unidos, perante a Justiça Federal, pretendendo ser indenizado pelos prejuízos causados em decorrência de ter sido impedido de entrar nos Estados Unidos. Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) o juiz deve extinguir o processo, sem julgamento do mérito, porque a competência para processar e julgar ações contra Estado estrangeiro é da Justiça Estadual
- b) o juiz deve extinguir o processo, com julgamento do mérito, porque o Estado estrangeiro goza, em qualquer circunstância, de imunidade de jurisdição absoluta perante a autoridade judiciária local

c) o juiz deve determinar a citação do Estado estrangeiro para, querendo, suscitar seu direito à imunidade de jurisdição, pois a imunidade de jurisdição é direito do Estado e não regra processual

d) o juiz deve processar e julgar normalmente o feito, pois o Estado estrangeiro não goza da imunidade de jurisdição nos casos em que tenha praticado atos de império

78. A Lei n.º 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro) e diversos julgados do STF vêm normatizando os direitos e deveres dos estrangeiros em território nacional. Com relação a esse assunto, assinale a alternativa correta:

- a) um imigrante e um turista recebem o mesmo tipo de visto para ingresso no país
- b) considere que um estrangeiro tenha sido expulso do país por pertencer a célula terrorista e ter participado do sequestro de autoridades brasileiras. Considere, ainda, que, após a abertura de inquérito no Ministério da Justiça, no qual foi assegurada ampla defesa ao alienígena, o presidente da República tenha decidido, por meio de decreto, pela sua expulsão do país. Nessa situação, o estrangeiro só poderá voltar ao país mediante decreto presidencial que revogue o anterior
- c) Suponha que Raimundo, brasileiro nato, tenha saído do Brasil para morar nos Estados Unidos da América, onde reside há mais de trinta anos, e que, nesse país, tenha obtido a nacionalidade americana como condição para permanecer no território americano. Nessa situação, caso deseje retornar ao Brasil para visitar parentes, Raimundo necessitará de visto, pois, ao obter a nacionalidade americana, perdeu a nacionalidade brasileira.
- d) de acordo com o que dispõe o Estatuto do Estrangeiro, a deportação é uma forma de exclusão de estrangeiro que tenha ingressado de forma irregular no país ou cuja estada tenha se tornado irregular, ficando este estrangeiro impedido de retornar mesmo após sanada a irregularidade que provocou a deportação

DIREITO AMBIENTAL

Frederico Amado

79. Acerca dos princípios informadores do Direito Ambiental, assinale a alternativa CORRETA:

- A) De acordo com o Princípio da Precaução, devem ser adotadas medidas de prevenção do dano ambiental quando a atividade licenciada trazer risco certo, conhecido ou concreto.
- B) Com base do Princípio do Poluidor-pagador, o empreendedor poderá poluir o necessário para o desenvolvimento da atividade poluidora, desde que pague pelos impactos ambientais negativos.
- C) Para o Princípio do Protetor-recebedor, que goza de previsão expressa na legislação ambiental brasileira, aqueles que atuam em defesa do meio ambiente prestam serviços ambientais em favor de toda a coletividade, devendo ser incentivados pelo Poder Público e pela sociedade.
- D) A Defesa do Meio Ambiente não é princípio expresso da Ordem Econômica na Constituição de 1988.

80. Sobre as responsabilidades ambientais, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Mesmo antes da Constituição Federal de 1988, a responsabilidade civil por danos ambientais já era objetiva por força da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que ainda vigora.
- B) De acordo com o entendimento dominante do STF, a pessoa jurídica poderá ser paciente em ação de *habeas corpus*.
- C) O responsável pela reparação do dano ambiental é aquele que diretamente o causa, não sendo responsável o poluidor indireto.
- D) Em regra, a competência para processar e julgar um crime ambiental será da Justiça Federal.

PORTAL EXAME DE ORDEM